

DESIGUALDADE PARA INCONFORMADOS

**DIMENSÕES E ENFRENTAMENTOS
DAS DESIGUALDADES NO BRASIL**

BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA
MATHEUS ARCELO FERNANDES SILVA
ORGANIZADORES



FALANDO SOBRE RACISMO: ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

LUÍSA FILIZZOLA COSTA LIMA

*Discente Coordenadora do Observatório das Desigualdades.
Graduada em Direito pela UFMG e graduanda em
Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.*

LETÍCIA GODINHO DE SOUZA

*Membro da equipe discente do Observatório das
Desigualdades. Graduando em Relações Econômicas
Internacionais pela UFMG.*

MATHEUS ARCELO FERNANDES SILVA

*Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental,
atuando na Fundação João Pinheiro (FJP). Mestre em
Administração pela UFMG.*

BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA

*Professor Coordenador do Observatório das Desigualdades.
Doutor em Sociologia e Política pela Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG).*

RAFAEL FRANCISCO CAMPANHARO

*Membro da equipe discente do Observatório das
Desigualdades. Graduando em Relações Econômicas
Internacionais pela UFMG.*

A formação e a construção do Brasil como Estado e como nação é indissociável da violência histórica representada por vários séculos de escravidão massiva e institucionalizada e também dos mecanismos ideológicos e de dominação necessários para sustentá-la. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e foi o principal destino do tráfico de pessoas escravizadas vindas da África: ao todo, estima-se que cerca de 4,8 milhões de pessoas escravizadas aportaram no Brasil, contra, por exemplo, 400 mil que chegaram aos Estados Unidos da América. A escravidão foi, finalmente, proscribida da ordem legal no Brasil tardiamente em 1888. A organização social que ela engendrou, porém, está longe de ser assunto exclusivo da História: desigualdade de oportunidades e discriminação, preconceito e repressão não são apenas ecos ou resíduos de uma sociedade superada, mas constituem parte da experiência cotidiana de milhões de cidadãos afrodescendentes brasileiros. Constituem também uma denúncia persistente dirigida a todos nós como nação, enquanto não formos capazes de reconhecer o racismo e a sociedade de privilégios e de opressão que ele sustenta e tomar a sério a obrigação de finalmente estender a todos os brasileiros os direitos de cidadania, concluindo, ainda que com atraso secular, a tarefa da luta abolicionista.

Porque se houve – e há – opressão e injustiça, houve – e há – resistência e utopia. Quilombolas, revoltosos, abolicionistas, movimentos organizados de alforria e de rotas de libertação; ou as fugas disseminadas, a persistência das práticas religiosas e dos ritmos irmanam-se com tantas outras formas contemporâneas de afirmação, institucionalizadas ou não, em uma mesma linhagem que tem em comum a recusa à resignação frente à injustiça e a esperança de que uma sociedade de todos pode ser construída. Assim, são também muitas as conquistas que os movimentos negros obtiveram nos últimos anos, fruto de processos de resistência, que desnaturalizam a imagem do branco como universal e desvelam as desigualdades raciais presentes no Brasil, com todas as suas especificidades.

Ao trazermos, neste capítulo, o tema das desigualdades raciais, buscamos apontar algumas destas manifestações com o objetivo de contribuir para romper cada vez mais com ideários que servem ao *status quo*, como o “mito da democracia racial”, e reafirmar a relevância e urgência do combate ao racismo, um elemento estrutural e estruturante da nossa sociedade. Deste modo, procuraremos mostrar os mecanismos pelos quais a educação, o mercado de trabalho, a violência e a repressão expressam e reproduzem a inaceitável desigualdade racial do Brasil. A divisão entre estes âmbitos se dá apenas de forma didática, para uma melhor categorização e apresentação dos dados; nas trajetórias e cotidiano das interações sociais, porém, todos esses elementos se articulam e marcam a construção das vidas negras.

É necessário destacar que quando falamos em racismo não estamos nos referindo apenas a uma concepção individualista, ou seja, não estamos tratando

apenas de discriminações diretas, ou de um debate puramente moral, mas de uma relação social e de poder. Pensar no racismo de forma individual, muitas vezes, nos leva a escutar, em nosso dia a dia, pessoas tratarem sobre essa questão com frases como: “eu até tenho amigos negros”, ou mesmo “somos todos humanos”, sem de fato refletirmos sobre o caráter institucional e estrutural que carrega o racismo no Brasil (ALMEIDA, 2019). Neste sentido, Munanga (2000, p. 24) define racismo como “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o intelecto e o cultural”.

Em uma sociedade como a brasileira, é fundamental questionar e combater as manifestações de racismo, mais frequentes das nossas interações cotidianas do que gostaríamos de admitir, às vezes travestidas de humor, estereótipos ou expectativas negativas, mas que acabam por transparecer explícitas em sua brutalidade e violência nas situações de tensão ou confrontação, sempre a serviço da manutenção da desigualdade nas posições sociais. Mas, mais do que isto, é preciso refletir e compreender como a conformação e o funcionamento das instituições sociais e das políticas públicas incorporam, sob o véu enganoso da neutralidade e da impessoalidade formal, o tratamento desigual e discriminatório aos distintos grupos étnicos.

É o que se denomina racismo institucional. No Brasil, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), implementado em 2005, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.” (CRI, 2006, p.22).

Danin (2018) sintetiza como estas distintas manifestações do racismo – a interpessoal e a institucional – atuam sempre de forma combinada para a reprodução das desigualdades raciais e das posições de poder na sociedade. Por isto mesmo, seu enfrentamento tem que disputar corações e mentes, mas também instituições, regras e normas sociais e políticas.

Deste modo, é importante a compreensão do racismo como uma relação de poder, não bastando apenas percebermos as condições que se encontram as pessoas negras, mas também as condições de privilégio da população branca. Como aponta Ribeiro (2017), pessoas brancas vão experienciar o racismo a partir do lugar de quem se beneficia das opressões em relação às pessoas negras, que experimentam o racismo a partir do lugar de quem é objeto de opressão. Não há,

portanto, uma desresponsabilização dos sujeitos de poder, que possuem um papel fundamental na luta antirracista.

Quadro 1: Diferenças principais entre Racismo e Racismo Institucional

DIMENSÃO	PERSPECTIVA TRADICIONAL	PERSPECTIVA INSTITUCIONAL
AGENTES DISCRIMINADORES	Individual	Multiplicidade
AÇÕES	Individual	Múltipla
OCORRÊNCIAS	Episódica	Contínua
VÍTIMAS	Indivíduo ou grupo	Indivíduo ou grupo
EXPLÍCITA/ESCONDIDA	Explícita	Escondida
DIMENSÃO DO GRUPO DISCRIMINADOR	Uma pessoa ou grupo defínível	Instituições e Organizações
INTENCIONAL/NÃO INTENCIONAL	Intencional	Ambas

Fonte: Danin (2018) adaptado de Wiewiorka (2007).

Outro aspecto fundamental nesse debate é como o lugar que as pessoas ocupam pode influenciar até mesmo a variabilidade da definição que as pessoas fazem de si, enquanto brancas ou negras, remetendo à estrutura de poder que se construiu nas relações raciais brasileiras. Para trazermos essa discussão, vamos tomar o estudo realizado por Sansone (1996), que demonstrou essa variabilidade de definições raciais de acordo com a idade, o tempo, os laços afetivos, a renda e principalmente o lugar. Apropriando-se desse estudo, Rosa (2014) fez uma adaptação dos argumentos, representados no Quadro 2.

É interessante notar que a posição ocupada pela pessoa, que se relaciona à sua renda e sua ocupação, influencia diretamente a classificação racial, com pessoas em “posições subalternas” tendendo a serem vistas como mais escuras, com um “embranquecimento” ao outro lado. Além disso, cabe especial atenção, nesse tópico, a observação da existência de “áreas duras”, “áreas moles” e “espaços negros”. A primeira categoria corresponde aos espaços nos quais os negros sofrem mais discriminação, por serem espaços hegemonicamente brancos, sendo o mercado de trabalho um desses lugares. Se olharmos essa categoria em conjunto com a relação entre classe social, notamos que o mercado de trabalho é uma área dura no sentido em que avançam as posições de maior nível remuneratório e status social, enquanto as outras ocupações e o mercado informal seguem sendo “áreas moles” aos negros.

Quadro 2: Fatores contingenciais e percepções sobre raça e racismo no Brasil

FATORES CONTINGENCIAIS		PERCEPÇÕES SOBRE RAÇA E RACISMO
TEMPO	DE DIA	Durante o dia, quando as pessoas estão na luta, a tendência é minimizar diferenças de cor, evita-se falar em negro. Se necessário, fala-se em moreno, escuro ou pardo.
	DE NOITE	À noite e nos fins de semana, quando o assunto é descansar e curtir, os termos raciais são utilizados como expressão de amizade (meu preto) ou veemência (branquelo).
LAÇOS AFETIVOS	FORTE	Quando há proximidade por amizade, parentesco ou respeito, utilizam-se termos como moreno no lugar de preto e misturada no lugar de branca ou negra.
	FRACO	Quando não há proximidade, utiliza-se escuro ou escurinho, ou no caso de pessoas mais escuras, preto ou negão para sublinhar o status baixo.
RENDA OU CLASSE SOCIAL	ALTA	As pessoas que ocupam posições de status (profissionais liberais, autoridades, etc.) tendem a ser vistas como mais claras, tais como morenas ou mesmo brancas.
	BAIXA	As pessoas que ocupam posições subalternas (serventes, pedreiros, garis, etc.) tendem a ser vistas como mais escuras, tais como escurinho, pretinho ou mesmo negro.
IDADE	VELHO	Entre as pessoas mais velhas (acima de 50 anos), predomina o discurso da mestiçagem, com uso mais amplo das categorias flutuantes como moreno claro e moreno escuro.
	JOVEM	Entre os mais jovens, há uma tendência de identificação com o termo <i>black</i> disposto pela moda e pela música, levando-os a se autoidentificarem como negros.
LUGAR	ÁREAS DURAS	Correspondem ao mercado de trabalho, o mercado do matrimônio e da paquera e a relação com a polícia. Nesses espaços, o negro sofre maior discriminação, porque são espaços hegemonicamente brancos e onde a competição, a estética e o status deixam os negros em desvantagem.
	ÁREAS MOLES	Aqui a situação se atenua porque há mais negros, e isso tende a não ser um fator de surpresa, tampouco envolve a competição por status e poder. Trata-se dos espaços no domínio do lazer, como o botequim, o dominó, a torcida, a seresta, o forró, o papo com os vizinhos na esquina, etc. São espaços onde ser negro não é um obstáculo.
	ESPAÇOS NEGROS	Este lugar inverte a lógica das áreas duras. Aqui ser negro é uma vantagem. São o bloco afro, a batucada, os terreiros de umbanda e candomblé, as rodas de pagode e de samba, os grupos carnavalescos, a capoeira etc. Lugares onde a cultura negra é a base das atividades que são desenvolvidas.

Fonte: Rosa (2014).

As áreas moles apresentadas por Sansone (1996) são, portanto, as áreas que possuem mais negros e, com isso, não é observada uma situação de competição por status e poder. São em especial áreas ligadas ao lazer, nas quais ser negro não se torna um obstáculo tão grande em comparação às áreas duras. Já os espaços negros são aqueles nos quais a cultura negra se torna base das atividades desenvolvidas, como a capoeira e grupos carnavalescos.

Como exemplo de “área dura”, Nascimento *et al* (2015) destacam os Shopping Centers, como uma área específica que remonta aspectos de segregação racial sócio-espacial. Esses lugares, por serem considerados simbolicamente valorizados, deveriam se restringir apenas a um determinado grupo, demonstrando como a construção social das relações raciais também opera em espaços organizacionais e urbanos específicos.

Assim, mais do que evidenciarmos, com um conjunto de dados e mecanismos, a desigualdade racial, o que propomos neste capítulo é uma reflexão acerca das possibilidades de superação deste cenário de desigualdades, seja em relação à educação, que será o primeiro ponto abordado, seja em relação ao mercado de trabalho, que será apresentado em seguida, ou mesmo em relação à violência. E esperamos, também, uma reflexão sobre a responsabilidade de cada um de nós em seu enfrentamento – ou em sua manutenção.

7.1 DESIGUALDADE RACIAL E EDUCAÇÃO¹

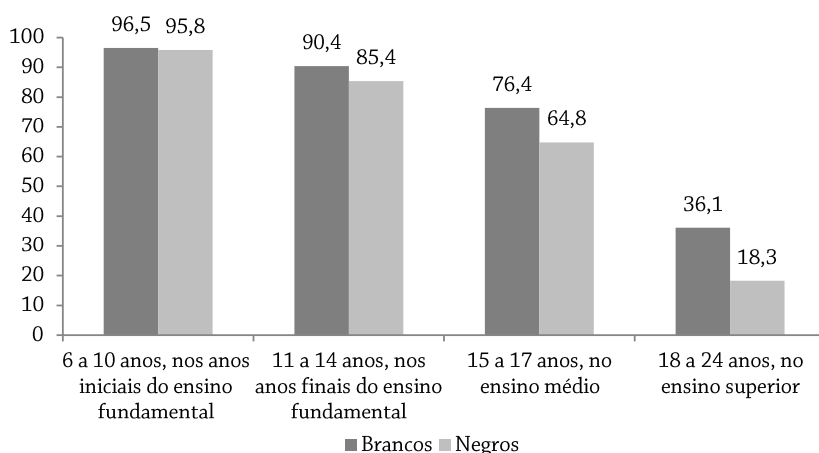
Um dos mecanismos importantes pelo qual a desigualdade racial persiste e se transmite entre gerações é a desigualdade educacional. De fato, existe uma intensa disparidade educacional entre negros e não negros por qualquer ângulo que se observe: acesso, qualidade, permanência, progressão. Nesse contexto, uma distribuição mais justa de oportunidades educacionais entre os dois grupos se torna ainda mais necessária visto que, para além dos incontáveis benefícios gerados pela educação e de sua importância substantiva, essa desigualdade explica, em parte, as diferenças ocupacionais e de renda existentes na sociedade.

Para entendermos a desigualdade educacional, primeiramente, temos que olhar para o nível mais básico da busca pela igualdade de oportunidades entre negros e brancos: é necessário que todos consigam, no mínimo, as mesmas condições de acesso às instituições de ensino. Contudo, ainda persiste no país uma signifi-

(1) A luta pelas oportunidades educacionais no Brasil e os elementos que marcam as desigualdades raciais na educação são abordados também no capítulo 5.

cativa disparidade neste aspecto, conforme é possível visualizar no Gráfico 1, que mostra a taxa de matrícula líquida² de brancos e negros³ nos ensinos fundamental, médio e superior. Podemos ver que esta desigualdade se amplia à medida que se avança nos níveis educacionais: enquanto o acesso aos anos iniciais do ensino fundamental foi praticamente universalizado no Brasil, o acesso aos anos finais do ensino fundamental já apresenta uma diferença significativa entre brancos e negros (90,4% e 84,4%, respectivamente), que se amplia no ensino médio (76,4% e 64,8%) e cresce ainda mais no ensino superior (36,1% e 18,3%).

Gráfico 1: Taxa ajustada de frequência escolar líquida da população residente de 6 a 24 anos de idade, segundo grupos de idade e nível de ensino (em %) – Brasil – 2018



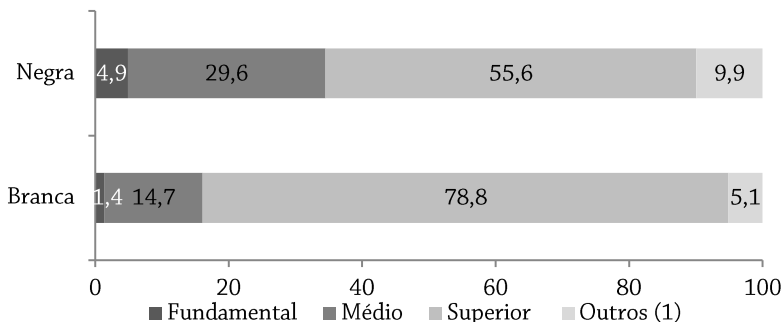
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2018.

Avançando nesta análise, podemos observar (Gráfico 2) que, dos estudantes entre 18 e 24 anos, 78,8% dos brancos estão cursando ou concluíram o ensino superior, enquanto essa proporção entre os negros é de 55,6%. Observar esses dados é fundamental, pois, como nos mostra Carneiro (2011), as atuais exigências educacionais para a alocação da mão de obra no mercado de trabalho operam como um filtro de natureza racial, fazendo uma seleção daqueles que serão preferencialmente alocados.

(2) A taxa de matrícula líquida mede o acesso ao sistema educacional daqueles que se encontram na idade recomendada para cada nível.

(3) No âmbito deste capítulo, consideramos a categoria “negro” como a soma entre “pretos” e “pardos”, já que esta junção passou a ser aceita pelos formuladores de políticas públicas e acadêmicos, uma vez que a vasta literatura que trata da questão racial aponta uma proximidade entre os indicadores de ambos os grupos. Ademais, os pardos, assim como os pretos, são discriminados pela sociedade, estando sujeitos às mesmas barreiras que são impostas para sua realização socioeconômica. As diferenças nos dados podem ser consideradas insignificantes quando observadas estatisticamente (PAIXÃO *et al.*, 2010; SANTOS, 2002).

Gráfico 2: Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos, segundo o nível de ensino frequentado (%) – Brasil, 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

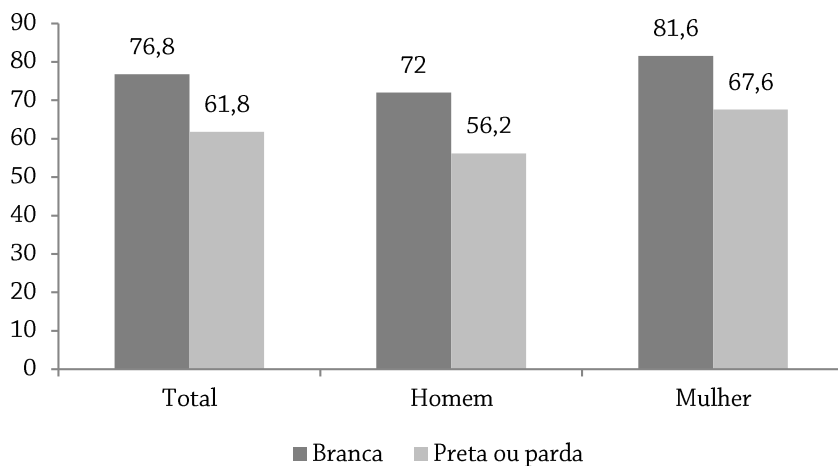
(1) Inclui alfabetização de jovens e adultos e educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio.

Ainda tratando sobre o acesso da população negra ao ensino superior, destacamos a taxa de conclusão do ensino médio de pessoas de 20 a 22 anos de idade, por raça/cor, apresentada no Gráfico 3. A menor proporção de conclusão do ensino médio por parte da população negra contribui para uma menor proporção de pessoas aptas para acessar o ensino superior. Além disso, mesmo entre aqueles que conseguiram concluir o ensino médio, uma maior proporção de negros não dão seguimento aos estudos devido à necessidade de trabalhar ou buscar emprego: segundo o IBGE (2019), dos jovens entre 18 e 24 anos com ensino médio completo que estavam fora da escola por esta razão, 61,8% eram negros

O próximo passo é entendermos que, mesmo quando todos conseguem chegar à escola, a escola a que se chega não é igual. Conforme Malaguth e Costa (2015), que analisaram a relação entre as características escolares e as socioeconômicas dos estudantes das instituições estaduais de ensino médio de Minas Gerais, quanto maior o percentual de negros nas escolas menor a qualidade da infraestrutura e dos recursos pedagógicos e o número de professores com curso superior e pós graduação.

Outro aspecto a ser analisado diz respeito à maior incidência da repetência e do abandono escolar entre os negros, aspectos centrais do fracasso escolar, segundo Paula Louzano (2013). Estudo realizado pela Unicef (2019), a partir de dados do Censo Escolar de 2018, aponta que 13,7% dos alunos pretos e 9,8% dos alunos pardos foram reprovados naquele ano, enquanto entre os estudantes brancos a taxa foi de 7,3%. Ainda, 4,4% dos estudantes pretos e 3,6% dos pardos abandonaram os estudos em 2018, sendo a taxa de 2,1% entre os brancos (Gráfico 4).

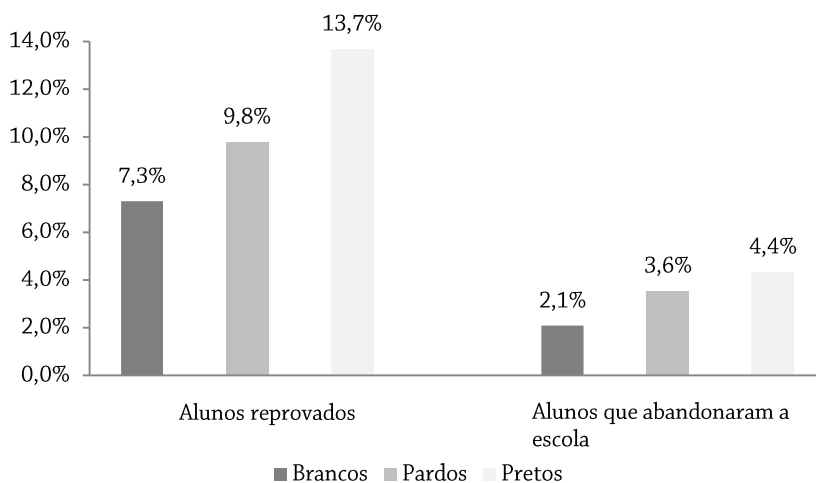
Gráfico 3: Taxa de conclusão do ensino médio (%) – Brasil, 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

Nota: Pessoas de 20 a 22 anos de idade.

Gráfico 4: Alunos que foram reprovados ou abandonaram a escola, segundo raça/cor – Brasil (2018)



Fonte: Censo Escolar 2018, com dados trabalhados pela Unicef (2019). Elaboração própria do gráfico.

Louzano (2013) analisou também a relação entre fracasso escolar e raça no Brasil a partir de dados do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) de 2011 para os alunos de 4ª série/5º ano do ensino fundamental, isolando fatores como sexo, escolaridade dos pais e região geográfica. O estudo aponta que ser negro no Brasil aumenta a probabilidade de fracasso escolar entre 7 (resultado encontrado na região norte) e 19 (resultado encontrado na região sul) pontos percentuais.

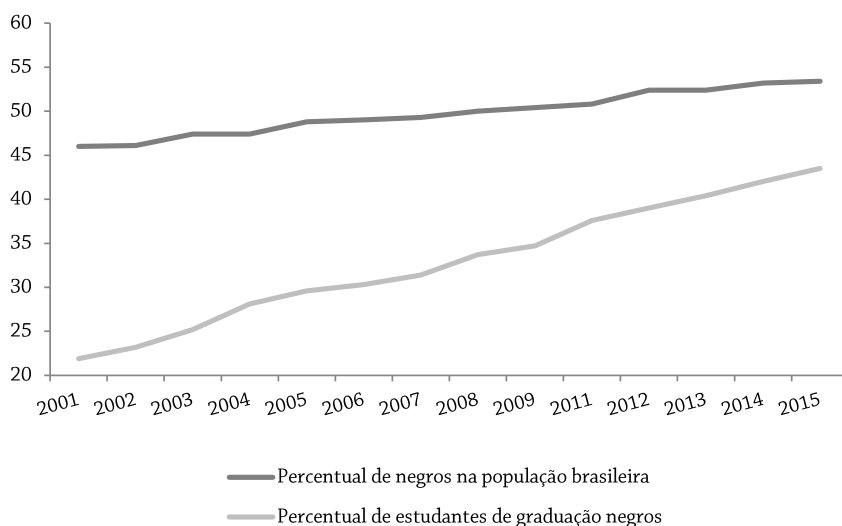
Um dos mecanismos que podem ser associados ao fracasso escolar é o racismo disseminado mesmo na cultura escolar, fazendo com que muitos docentes, muitas vezes inconscientemente (outras não), endossem expectativas mais negativas sobre os alunos negros. Segundo estudo de Telles (apud BARBOSA, 2005), o tratamento dispensado pelas professoras aos alunos brancos — mesmo na educação infantil — é mais acolhedor e favorável, de modo que estes recebem mais atenção dos docentes. Ainda, quando os professores são absorvidos pela imagem negativa dos negros que é difundida na sociedade, até mesmo as diferentes formas de avaliação podem refletir esse preconceito, cumprindo-se assim uma profecia autorrealizadora. Soma-se a isso o universo cultural que abre poucos espaços para a perspectiva dos negros (nos livros didáticos, na literatura, na TV e no cinema) (BARBOSA, 2005).

Embora os desafios ainda sejam muitos, algumas conquistas já foram alcançadas no sentido de uma maior democratização do ensino no país. Entre elas, destaca-se uma série de políticas públicas que ampliou a participação dos negros como estudantes de ensino superior, como a criação/ expansão do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), das ações afirmativas – sendo a principal delas a Lei nº 12.711/2012, que garantiu a reserva de cotas raciais e sociais nas universidades públicas –, do Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil), do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), do Prouni (Programa Universidade para Todos) e do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). O Gráfico 5 mostra que, enquanto o percentual de negros na população brasileira sobe, entre 2001 e 2015, o percentual de negros como estudantes de educação superior cresce muito mais, aproximando os dois valores ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2019). Ainda, se olharmos somente para as instituições de ensino superior da rede pública do país, em 2018, estudantes pretos ou pardos passaram, pela primeira vez, a compor maioria (50,3%, segundo o IBGE), o que indica uma maior convergência entre o perfil do estudante de graduação em direção ao perfil médio da população brasileira.

Se, por um lado, o crescimento do número de estudantes negros no ensino superior representa um importante avanço na democratização do acesso, as universidades brasileiras que já implementaram ações afirmativas enfrentam um novo

desafio, pois têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida – além, obviamente, de condições materiais para enfrentar as exigências e dedicação ao ensino superior – bem diferentes do tipo de estudante universitário antes hegemônico e idealizado em nosso país. Assim, temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas ainda com grande dificuldade (GOMES, 2011).

Gráfico 5: Percentual de negros na população e entre estudantes de graduação – Brasil – 2001/2015



Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração Oliveira, A.L.M. (2019).

Dessa forma, é necessário que as universidades se redefinam por dentro, cuidem da permanência dos novos coletivos sociais que chegam aos bancos universitários, valorizem seus saberes e práticas, rediscutam os currículos e reconheçam a capacidade dessa parcela da juventude brasileira produzir conhecimento e lidar com as demandas da vida acadêmica. Essas novas formas de regulação acadêmica são imprescindíveis para que não se perpetue uma exclusão sociorracial, mesmo dentro de uma proposta de democratização da universidade (GOMES, 2011).

Gomes (2011) compreende que as políticas de ações afirmativas possuem como uma de suas potências a possibilidade de confluência de saberes identitários, políticos e estéticos (corpóreos), sistematizados no Quadro 03. Tais saberes contribuem para a formação das identidades negras a partir da desconstrução do ideário da democracia racial. São importantes também por tornarem as elites educacionais

e sociais mais diversas e, talvez, menos tolerantes com a discriminação e a desigualdade. A diversificação das elites, aumentando sua representatividade, contribui para aumentar as demandas e expectativas dos grupos discriminados em relação a suas possibilidades e oportunidades. Oportunidades importam, mas representatividade também importa.

Quadro 3: Saberes Políticos, Identitários e Estéticos

SABERES POLÍTICOS	Nunca as universidades e órgãos governamentais debateram tanto sobre o tema. As universidades passam a ter que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, que trazem novos saberes e novas formas de construção do conhecimento acadêmico, além de novas trajetórias de vida, diferentes daquelas naturalizadas em nossa sociedade.
SABERES IDENTITÁRIOS	Coloca novamente no centro do debate a discussão acerca da “raça” e da construção de uma identidade negra e a discussão sobre a questão racial, e essa identificação enquanto negro passa a tomar a pauta de diversos lugares, com todas as contradições que acarreta.
SABERES ESTÉTICOS (CORPÓREOS)	Ações afirmativas reeducam os negros e as negras em sua relação com o corpo. Ao buscar compreender o processo que leva a essa questão, há um reposicionamento em relação ao corpo negro, no sentido da valorização de traços negros. Ou seja, uma reafirmação de uma identidade muitas vezes negada pelo racismo.

Fonte: Gomes (2011)

Agora, avançaremos na discussão das desigualdades raciais, ao apresentarmos dados referentes ao mercado de trabalho. Os pontos destacados neste tópico sobre educação serão fundamentais para o debate que virá, mas, como veremos, não representam seu único fator explicativo.

7.2 DESIGUALDADE RACIAL E MERCADO DE TRABALHO⁴

É no mercado de trabalho que a desigualdade educacional dos negros em relação aos brancos mais se reflete, fazendo com que os primeiros tenham maior chance de serem encontrados nas ocupações de trabalhos manuais de baixa qualificação e

(4) O tema das desigualdades no mercado de trabalho, com foco em gênero e raça, também é abordado no terceiro capítulo deste livro.

remuneração, e mesmo entre essas, desempenhando as tarefas de menor prestígio. Como nos lembram Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015), os trabalhos manuais, dentro de uma hierarquização das profissões, são menos valorizados, na medida em que não estão ligados ao “pensar”.

No entanto, como se verá adiante, a desigualdade educacional não conta toda a história da injustiça contra os negros no mercado de trabalho brasileiro; o mundo do trabalho espelha, sim, desigualdades educacionais, mas é também uma engrenagem específica no complexo maquinário da desigualdade brasileira. Assim, o mercado de trabalho é um dos definidores essenciais do caráter injusto da inserção dos negros na estrutura social (OSÓRIO; SOARES, 2005).

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, divulgada no relatório “Síntese de Indicadores Sociais 2019”, os pretos ou pardos estão presentes de forma mais acentuada nas atividades com os menores rendimentos: agropecuária (60,8%), construção (62,6%) e serviços domésticos (65,1%). Já as pessoas brancas predominam nos grupamentos mais bem remunerados, como informação, financeiro, Administração Pública, educação, saúde e serviços sociais. Além disto, 68,6% dos cargos gerenciais no Brasil são ocupados por brancos e apenas 29,9% são ocupados por negros ou pardos (todos os dados de 2018).

De acordo com o relatório “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, publicado pelo IBGE em 2019, apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), as pessoas negras formavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados⁵ (64,2%) e dos subutilizados⁶ (66,1%) na força de trabalho em 2018, conforme é possível visualizar no Gráfico 6. Embora essas as disparidades possam ser atribuídas, em grande parte, às desigualdades educacionais entre negros e brancos, o Gráfico 7 mostra que esta não é a única explicação, visto que, mesmo entre aqueles que possuem o mesmo nível educacional, a taxa de subutilização da força de trabalho é maior entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, qualquer que seja o nível educacional considerado.

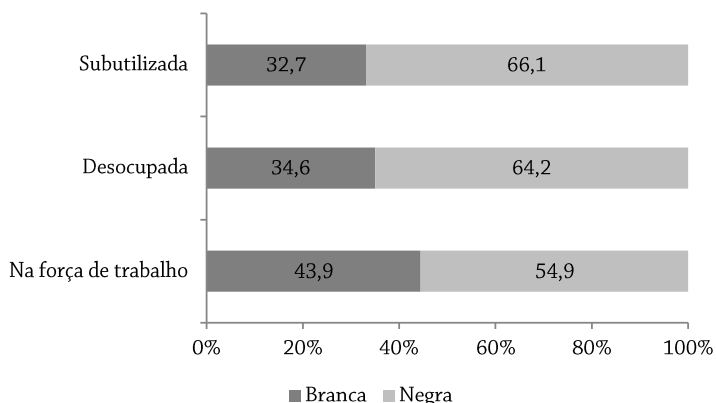
Além disso, o relatório do IBGE informa que, após um período de queda, a ocupação informal – mais instável, precária e insegura – passou a registrar crescimento desde 2016, com a ampliação, em termos relativos, do pessoal ocupado sem

(5) São classificadas como desocupadas na semana de referência da pesquisa as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

(6) Entendidas como aquelas que, dentre as pessoas ocupadas, trabalham menos que 40 horas semanais, e querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, subocupadas por insuficiência de horas.

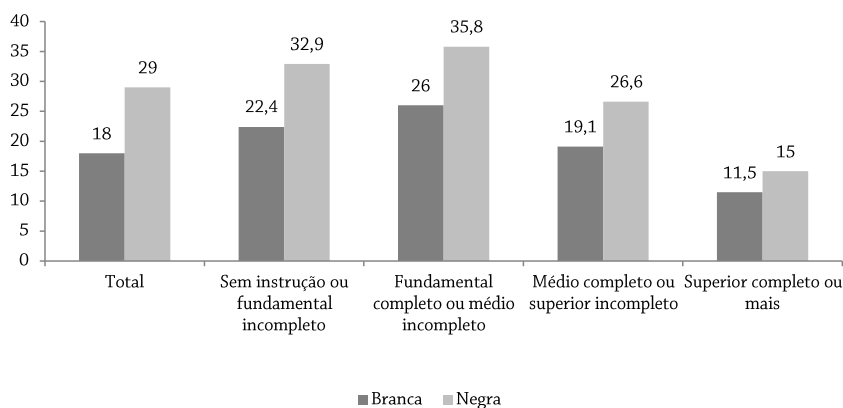
carteira de trabalho assinada e por conta própria. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%. A informalidade no mercado de trabalho caracteriza-se, muitas vezes, pelo trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, o que pode limitar o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria.

Gráfico 6: População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%) – Brasil (2018)



Fonte: IBGE, PNAD Contínua 2018.

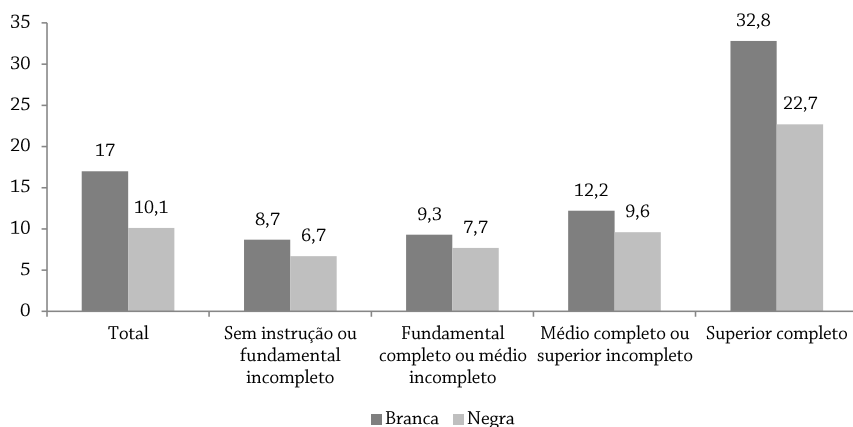
Gráfico 7: Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%) – Brasil (2018)



Fonte: IBGE, PNAD Contínua 2018.

Em relação ao rendimento do trabalho, em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos (R\$2.796 e R\$1.608, respectivamente). Ainda, conforme é possível visualizarmos no Gráfico 8, que considera o rendimento por número de horas trabalhadas, em todos os níveis de escolaridade brancos recebem remuneração por hora maior que a dos negros. De forma geral, o rendimento por hora da população ocupada de cor ou raça branca (R\$ 17,0) era 68,3% superior ao da população preta ou parda (R\$10,10).

Gráfico 8: Rendimento-hora médio real do trabalho principal por raça ou cor – Brasil (2018)



Fonte: IBGE, PNAD Contínua. Elaboração: Síntese dos Indicadores Sociais 2019.

Além disso, o Gráfico 8 mostra que a maior diferença de rendimento por hora se dá entre os trabalhadores com nível superior completo: R\$ 32,8 para brancos e R\$ 22,7 para pretos ou pardos. Nesse ponto, uma relação interessante é compararmos esses dados com estudo realizado por Sergei Soares (2000), que demonstra que, quanto mais bem posicionado está o indivíduo na distribuição de renda entre os negros, ou seja, quanto mais alto o centésimo de renda, maior se torna o diferencial de renda resultante da discriminação.

Para chegar a esse resultado, Soares (2000) decompõe o diferencial de rendimentos entre: as diferenças de qualificação (escolaridade, idade, experiência); as diferenças em relação à posição ocupada pelo indivíduo no mercado de trabalho; e a discriminação pura de salário (entendida como aquela que não pode ser explicada pelos dois itens anteriores). Diante disso, o autor demonstra que, excluindo-se o fator discriminação, ou seja, se os salários fossem definidos somente pela qualificação e pelas diferentes inserções no mercado de trabalho, os homens negros mais pobres pouco teriam a ganhar – algo em torno de 5% a 7% –; enquanto os homens negros mais ricos teriam aumento de 27% no salário.

Dessa forma, o estudo demonstra a existência de uma visão comum na sociedade brasileira do que seja o lugar do negro na sociedade: o de exercer um trabalho manual, sem fortes requisitos de qualificação em setores industriais pouco dinâmicos. Assim, se o negro ficar no lugar a ele alocado, sofrerá pouca discriminação. Mas, caso tente avançar e ocupar posições mais favoráveis na estrutura de rendimentos, a discriminação sofrida será progressivamente maior (SOARES, 2000).

De acordo com Cerqueira e Coelho (2017), os mecanismos que produzem esta discriminação no mercado de trabalho podem ser vistos tanto pelo ponto de vista da demanda quanto pelo da oferta de trabalho. Pela via da demanda por trabalho, chefes racistas podem bloquear oportunidades de emprego e interditar carreiras individuais. Além disso, a percepção discriminatória sobre determinado grupo social pode fazer com que tais indivíduos pertencentes a esse grupo não tenham acesso a certos setores que remuneram melhor o trabalho, o que pode se dar por dois motivos. O primeiro relaciona-se à segregação ocupacional, em que esses setores ou postos de trabalho podem funcionar como espécies de “clubes fechados”, reservados a pessoas que se enquadram em certos requisitos sociais, em que a cor da pele é um deles. O segundo está ligado ao que os economistas conhecem como “discriminação estatística”.

A ideia aqui é que o empregador se depara com um problema de assimetria informacional na hora de preencher o posto de trabalho, tendo em vista que não sabe identificar a priori qual é o pretendente ao cargo com maior ou menor habilidade ou que terá maior ou menor produtividade. Nesse caso, o empregador contratará ou pagará salários diferenciados com base alguma característica observável do candidato e ainda a partir de uma compreensão subjetiva acerca desta característica. Quando tal tomada de decisão do empregador se baseia na cor da pele do indivíduo, a discriminação estatística sanciona e reforça o racismo, em que o negro é percebido socialmente como alguém mais indolente e não preparado para serviços especializados, conforme ditam os estereótipos que foram forjados ao longo do tempo e que estão presentes nas várias expressões culturais (Cerqueira e Coelho, 2017).

Pelo lado da oferta de trabalho, os autores apontam que o racismo cria determinados estereótipos negativos que afetam a identidade e a autoestima das crianças e de jovens negros. Neste ponto, atentam para a extensão e os efeitos que o racismo suscita na sociedade. Não se trata apenas do negro que é discriminado pelo branco, mas de uma ideologia racista (e, portanto, de um mecanismo de controle social e de divisão de poder na sociedade), presente de forma dissimulada nas várias expressões culturais e assimilada, muitas vezes, inclusive pelos próprios negros, que sem a devida crítica terminam por propagar e internalizar os estereótipos refletidos nas palavras e nos olhares dos outros, que ajudam a moldar a sua identidade.

7.3 DESIGUALDADE RACIAL E VIOLÊNCIA⁷

Uma das facetas mais brutais da desigualdade racial brasileira é a concentração de homicídios na população negra. O Atlas da Violência de 2019 aponta para o aprofundamento dessa desigualdade: em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. A taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

A piora no cenário pode ser visualizada no Gráfico 9: no período de uma década (2007 a 2017), a taxa de homicídios de negros cresceu 33,1%, enquanto a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros teve redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2% (Atlas da Violência, 2019).

Estudo elaborado por Cerqueira e Coelho (2017), a partir de uma amostra com características socioeconômicas de residentes e de pessoas que morreram no Rio de Janeiro em 2010, aponta que os indivíduos negros possuem 23,5% a mais de chances de sofrer agressão letal. Ainda, o estudo demonstra que, aos 21 anos de idade, quando há maiores chances de ser vítima de homicídio, indivíduos negros possuem 147% mais chances de serem assassinados do que os não negros.

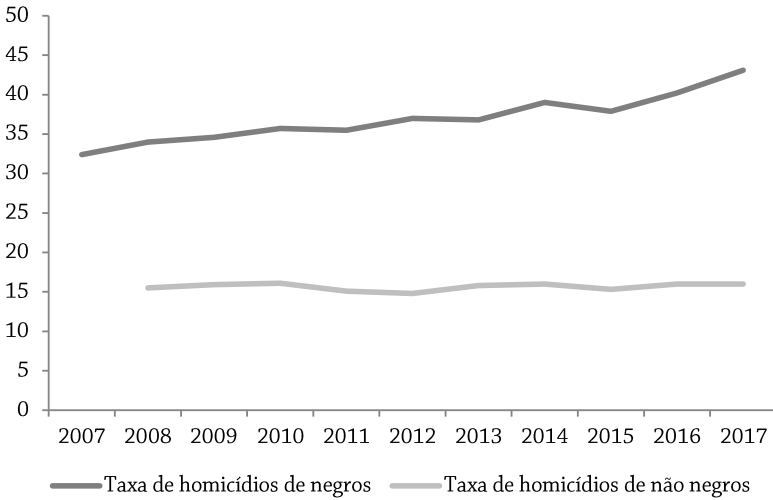
Diante dessa realidade, o estudo se propõe a responder: o que explica o fenômeno? A maior vitimização dos negros, em especial dos jovens, seria apenas uma consequência de um pior posicionamento socioeconômico desse grupo populacional, ou pode refletir direta ou indiretamente o racismo?

De fato, em 2014, entre os 10% mais pobres da população brasileira 73,1% eram pretos ou pardos, ao passo que 25,8% dos mais pobres eram brancos ou amarelos. No outro extremo da distribuição a situação se invertia, quando 73,6% dos 10% mais ricos eram brancos ou amarelos, ao passo que os negros representavam 26,2% desse grupo (Cerqueira e Coelho, 2017). O Gráfico 10 expõe esta situação, que norteia a argumentação dos defensores de que o problema está ligado somente à posição socioeconômica dos negros.

Contudo, Cerqueira e Coelho (2017) argumentam que parcela da diferença nas condições socioeconômicas entre negros e não negros decorre do racismo, seja por políticas e práticas educacionais discriminatórias, seja pela discriminação no mercado de trabalho, conforme mostramos acima. Entretanto, para além dos

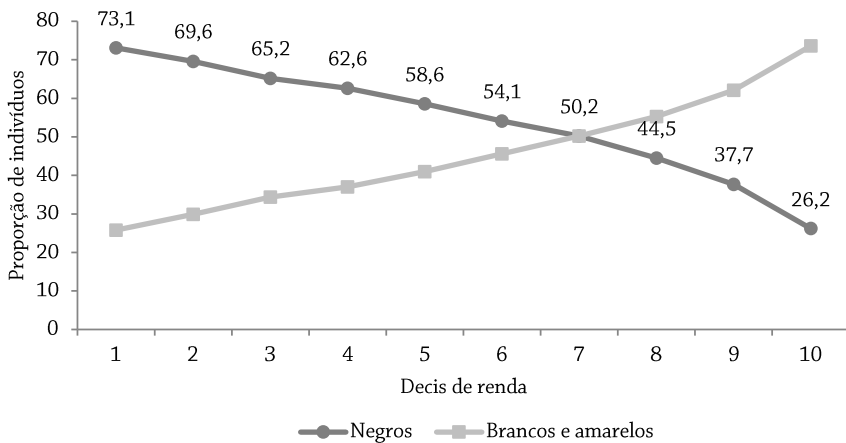
(7) A temática da desigualdade e violência também é abordada no capítulo 4 deste livro.

Gráfico 9: Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)



Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração: Diest/Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 10: Apropriação da renda domiciliar *per capita* por raça/cor por Decis, Brasil, 2014 (em %).



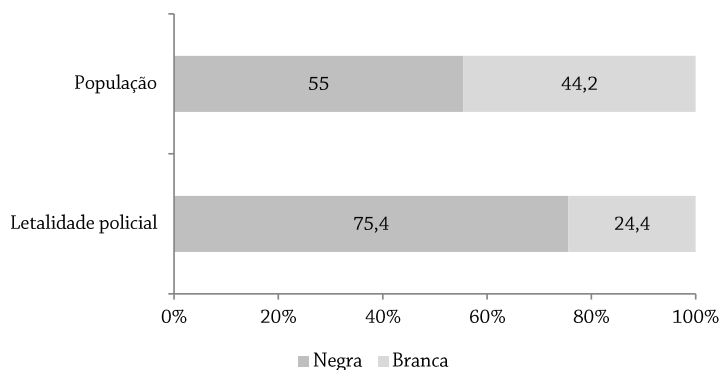
Fonte: PNAD/IBGE 2014. Elaboração: Cerqueira e Coelho (2019).

dois fatores, os autores apontam canais diretos a vincular racismo e letalidade de negros, como a perpetuação de estereótipos enquanto indivíduos perigosos ou criminosos, o que implica um processo de reificação. São assim pessoas que não são percebidas a partir de sua identidade individual, mas apenas por sua cor da pele, o que acarreta em um processo de profunda desumanização e que faz aumentar em muito suas chances de vitimização.

Segundo os autores, a associação direta entre racismo e letalidade se dá pela via do racismo institucional, segundo o qual ações difusas no cotidiano de determinadas organizações do Estado terminam por reforçar o preconceito de cor. Ganha destaque o funcionamento das polícias, não sendo difícil colecionar situações em que as abordagens policiais e o uso excessivo da força são totalmente diferenciados quando as relações se dão com cidadãos negros. Um exemplo do processo de desumanização é o ditado bastante popular nos meios policiais em que “negro parado é suspeito, negro correndo é bandido” (CERQUEIRA; COELHO, 2017).

Esse cenário é corroborado pelos dados trazidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 sobre o perfil das vítimas da letalidade policial: constituintes de cerca de 55% da população brasileira, os negros são 75,4% dos mortos pela polícia (Gráfico 11).

Gráfico 11: Composição demográfica e mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil entre 2017 e 2018 (%).



Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; IBGE. Elaboração: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O segundo mecanismo apontado no estudo se relaciona à cobertura da mídia em relação às mortes de negros e brancos. A morte de pessoas negras (e pobres) muitas vezes sequer é noticiada ou, quando é, acaba estigmatizando a imagem da vítima como “criminoso”, “traficante” ou “vagabundo” (a despeito de investigação

ou qualquer condenação judicial que a pessoa tenha sofrido). Já a morte das pessoas brancas (e de classe média) é repetida e problematizada pelos jornais. Como o processo de perseguição criminal, que se inicia com a investigação, é fortemente influenciado pela repercussão midiática, a morte de brancos implica uma maior chance de responsabilização e punição do autor, ao passo que os inquéritos sobre a morte de negros acabam muitas vezes não solucionados. Por sua vez, tal fenômeno é percebido por potenciais agressores, o que de alguma forma contribui para moldar suas decisões (CERQUEIRA; COELHO, 2017).

Portanto, se o racismo influencia indiretamente na maior letalidade de negros, por meio do aprofundamento das desigualdades sociais, verifica-se que ele também impacta de forma direta o número de vítimas de homicídios.

CONCLUSÃO

Neste capítulo analisamos os impactos da desigualdade racial no Brasil sob três perspectivas: educação, mercado de trabalho e segurança. No que tange às desigualdades educacionais, vimos que alunos negros compõem as maiores taxas de repetência e de abandono escolar, o que resulta nas menores taxas líquidas de matrículas em todos os níveis de ensino. Esses dados podem ser apontados como reflexo de alguns mecanismos discriminatórios, como a segregação de negros e brancos entre as escolas públicas e privadas e o racismo por parcela dos professores. Em que pesem todos os desafios ainda presentes, o Brasil apresentou em 2018 uma grande conquista, com estudantes negros representando a maioria nas universidades públicas.

As diferenças educacionais refletem-se no mercado de trabalho brasileiro: os negros ocupam majoritariamente as profissões com menores rendimentos, são minorias nos cargos de gestão e maioria no trabalho informal e entre os desocupados e os subutilizados. Contudo, nem toda a desigualdade no mercado de trabalho é fruto da desigualdade educacional: para um nível semelhante de escolaridade, e qualquer que seja o nível educacional, negros recebem menos que brancos no Brasil.

Quanto aos dados relativos à violência, vimos que os negros são maioria entre as vítimas de homicídio no Brasil, inclusive no que tange à letalidade policial. A maior vitimização desse grupo populacional pode ser atribuída, em parte, pelo seu pior posicionamento socioeconômico, que por si só já é fruto do racismo que gera as desigualdades educacionais e no mercado de trabalho. Mas, para além

disso, o genocídio da população negra brasileira, em especial dos jovens, também é reflexo direto do racismo, seja ele o institucional, principalmente manifestado pelas polícias brasileiras, seja o propagado pela mídia, que, nas poucas vezes que noticia essas mortes, acaba por estigmatizar as vítimas negras.

A despeito de não termos tratado da questão das mulheres negras de forma mais direta neste capítulo, não podemos deixar de citar a importância de pensarmos sobre as relações raciais de forma articulada com as discussões de gênero. Hooks (1995) destaca que a atuação conjunta do racismo e do sexismo perpetuam uma imagem na consciência cultural coletiva, de que a mulher se insere na sociedade com a principal função de servir; destacando, assim, que as mulheres negras são tratadas como se fossem mais ligadas ao corpo que ao pensar. Contribuindo com o debate acerca da condição das mulheres negras no Brasil, Nascimento (1990) também destaca a hipersexualização da mulher negra como um elemento dessa dinâmica, na qual a mulher negra é vista como mais erótica ou ardente sexualmente, mas não é vista como alguém com quem é desejável estabelecer uma relação formal e institucionalizada.

É evidente que as manifestações da desigualdade racial no Brasil vão muito além dos limites deste livro e ocorrem de formas tão complexas em nossa sociedade que são, muitas vezes, impossíveis de serem mensuradas em dados. Contudo, as informações ora apresentadas são suficientes para mostrar o que já deveria ser reconhecido por todos os brasileiros: a ideia, muito propagada, de que o Brasil seria uma democracia racial não encontra correspondência nem nas condições estruturais de vida nem no cotidiano da sociedade brasileira. Mais do que um engano, o mito da democracia racial serve à desqualificação da denúncia do racismo – tachada frequentemente de vitimismo ou “mimimi” – e das políticas de ação afirmativa ou de enfrentamento das desigualdades raciais – apontadas como desnecessárias ou, pior, privilégios, numa perversa inversão entre quem sofre e quem é privilegiado em uma sociedade racista. Em qualquer caso, não reconhecer o racismo individual, institucional ou estrutural e seu papel na reprodução das desigualdades sociais do Brasil contribui para a manutenção do status quo de uma estrutura social ainda tão injusta e violenta e é um obstáculo e um atraso à construção de uma sociedade inclusiva que reconheça e proteja a dignidade de todos os cidadãos; que venha a ser, de fato, uma mãe gentil de todos os filhos deste solo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. As relações entre educação e raça no Brasil: um objeto em construção. *In: Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7383/1/td_2267.pdf>. Acesso em: 2020.
- CRI. **Articulação para o Combate ao Racismo Institucional**. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI, 2006.
- DANIN, Renata Almeida. **Vozes brancas, mortes negras**: configurações do racismo institucional no cenário da Segurança Pública. 2018. Tese de Mestrado – Universidade Federal do Pará.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 2020.
- GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 2020.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra. **Revista Contemporânea**, n. 2, p. 37-60, jul./dez., 2011.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, [S.l.], n. 2, p. 464-78, jul./dez., 1995.
- IBGE. **Desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 2020.
- IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 2020.
- LOUZANO, Paula. Fracasso escolar: evolução das oportunidades educacionais de estudantes de diferentes grupos raciais. **Cadernos Cenpec**. São Paulo, jun. 2013. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/205/236>>. Acesso em: 2020.
- MALAGUTH, Thiago Zordan; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. **Equidade Educacional**: Análise das Desigualdades Educacionais das Instituições Estaduais de Ensino Médio de Minas Gerais. *In: XXXIV Encontro da ANPAD*, 2015, Belo Horizonte.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NASCIMENTO, B. “A mulher negra e o amor”. **Jornal Maioria Falante**, fev./mar. 1990, p. 3.

NASCIMENTO, M. C. R.; OLIVEIRA, S. O.; TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. **Com que Cor Eu Vou pro Shopping que Você me Convidou?** RAC, Rio de Janeiro, v. 19, 3ª Edição Especial, art. 1, p. 245-268, out. 2015.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?**. 2019. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334186/1/Oliveira_AnaLuizaMatosDe_D.pdf>. Acesso em: 2020.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos. *In: Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010**: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Laeser; UFRJ, 2010.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, [S.l.], v. 18, n. 2, p.165-187, 1996.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho** – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf>. Acesso em: 2020.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROSA, A. R. **Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil**. RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 1, p. 240-260, mai./jun. 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019**. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 2020.

UNICEF. **Reprovação, distorção idade-série e abandono escolar (2018)**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-que-3-5-milhoes-de-estudantes-brasileiros-foram-reprovados-ou-abandonaram-escola-em-2018>>. Acesso em: 2020.